



The Observatory of Social  
and Political Elites of Brazil

ISSN on line  
2359-2826

**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da  
Câmara dos Deputados:  
medindo o grau de especialização dos seus integrantes**

Andréa Benetti C. de Oliveira (ufpr/nusp)

**newsletter**

v. 1 ▪ n. 4 ▪ novembro, 2014

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

## Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados: medindo o grau de especialização dos seus integrantes

Andréa Benetti C. de Oliveira \*

**Resumo:** Há no Poder Legislativo brasileiro, em especial na Câmara dos Deputados, políticos que possuam especialização legislativa em assuntos de defesa nacional e relações exteriores? Os resultados obtidos são de que há uma baixíssima especialização dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados do Brasil nas matérias tratadas pela Comissão.

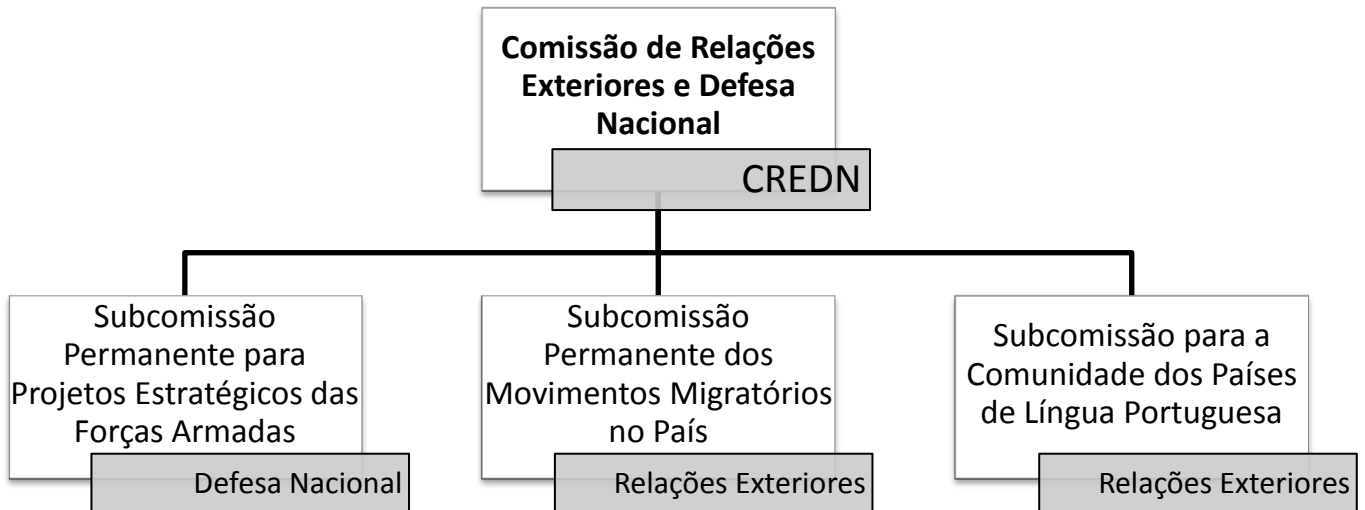
As Comissões da Câmara dos Deputados do Brasil são espaços decisórios temáticos de questões legislativas e fiscalizatórias em seu âmbito de atuação. Esses órgãos técnicos são criados conforme disposição do Regimento Interno da Casa Legislativa, e possuem como principal atribuição: emitir pareceres e decisões que permitam ou não que projetos de leis (em sentido amplo) sejam levados ao Plenário para deliberação dos Deputados; e fiscalizar programas de Estado geridos pelo Poder Executivo. Sua composição parlamentar é renovada anualmente, não havendo limitação à recondução dos parlamentares como membros da Comissão (Brasil. Câmara dos Deputados. 2006).

Como Comissão permanente da Câmara dos Deputados, a **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN)**, com este nome e a função de controle dos atos legislativos da Casa referentes à diplomacia e à segurança e à defesa nacionais, foi criada apenas em 1996. Em sua origem remota, no ano de 1936 fora criada a Comissão de Diplomacia e Tratados, a qual teve sua nomenclatura modificada em 1947 e 1957 para 'Comissão de Diplomacia' e 'Comissão de Relações Exteriores', respectivamente. Antes de 1996 as funções da Comissão era a verificação de legalidade de atos referentes à política externa e à diplomacia brasileiras, de forma direta ou indireta. Atualmente foram incluídas em seu campo de atuação também questões pertinentes aos estudos estratégicos, à defesa nacional, à segurança da informação e à administração pública militar.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados permite a criação de subcomissões temáticas, sem poder decisório, a fim de tratar de forma mais aprofundada temas que sejam caros à Comissão Temática Permanente. Dessa forma, há três subcomissões permanentes que funcionam junto à CREDN: Subcomissão Permanente para Acompanhar os Projetos Estratégicos das Forças Armadas,

Subcomissão Permanente dos Movimentos Migratórios no País e Subcomissão para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (cf. Figura 1).

Figura 1 – Subcomissões permanentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados



Fonte: elaboração própria, a partir de BRASIL, 2006.

Infer-se dessa divisão que questões militares ainda não possuem o mesmo tratamento que questões diplomáticas ou de política externa, pois há apenas uma Subcomissão para questões de defesa, a qual foi criada em 2012 e iniciou seu funcionamento apenas em 2013.

A CREDN é composta de 31 deputados federais titulares, dentre os quais há um Presidente e três Vice-Presidentes. 32 deputados federais ocupam as vagas de suplentes totalizando assim 63 membros. A distribuição das vagas é feita de acordo com a proporcionalidade partidária e a representação das bancadas na Câmara dos Deputados (Brasil. Câmara dos Deputados. 2006).

### **Especialização dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

A coleta das informações referentes aos deputados federais que compõem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados no ano de 2014, titulares e suplentes, foi feita por meio da prosopografia. Foi criado banco de dados que transformou a análise dos dados qualitativos de cada um dos 63 deputados federais em dados quantificáveis de acordo com as variáveis que

compõem um índice que construímos para medir o **grau de especialização temática**<sup>1</sup>.

O índice de especialização (cf. Quadro 1) foi montado agregando variáveis de tempo de permanência na CREDN (contados em anos / sessão legislativa), relatoria de projetos na área de Relações Exteriores, relatoria de projetos na área de Defesa Nacional, proposição de normas de Relações Exteriores, proposição de normas de Defesa Nacional (consideradas, em ambos os assuntos, as proposições atividades legislativas típicas, tais quais Projetos de Lei, Projeto de Lei Complementar, Projeto de Emenda à Constituição, Projeto de Decreto Legislativo e Projeto de Resolução, sendo desconsiderados requerimentos), e, por fim, proposições de projetos transformados em normas de Relações Exteriores e proposições de projetos transformados em normas de Defesa Nacional. Ou seja, os indicadores de antiguidade são compostos pelo tempo de permanência na Comissão, e os indicadores de Atividade em Relações Exteriores ou Atividade em Defesa Nacional são compostos pelas demais variáveis.

Quadro 1 – Indicadores de especialização

<b>indicadores</b>	<b>variáveis</b>	<b>descrição das variáveis</b>	
<i>Seniority</i> na CREDN	Tempo de Permanência	Tempo de Permanência na CREDN (anos)	
Atividade em Relações Exteriores	Relatoria em Relações Exteriores	Relatoria de projetos de normas na área e Relações Exteriores	
	Proposição de normas em Relações Exteriores	Projeto de Lei	
		Projeto de Emenda à Constituição	
		Projeto de Decreto Legislativo	
	Projeto de Resolução		
Atividade em Defesa Nacional	Proposições transformadas em Normas de Relações Exteriores	Proposições transformadas em Normas de Relações Exteriores	
	Relatoria em Defesa Nacional	Relatoria de projetos de normas na área de Defesa Nacional	
		Proposição de normas em Defesa Nacional	Projeto de Lei
			Projeto de Emenda à Constituição
Projeto de Decreto Legislativo			
	Projeto de Resolução		
	Proposições transformadas em Normas de Defesa Nacional	Proposições transformadas em Normas de Defesa Nacional	

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP.

<sup>1</sup> Todos os dados coletados foram retirados das informações de vida e atuação parlamentar dos deputados constantes do sítio eletrônico da Câmara dos Deputados (Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn>>. Acesso e coleta das informações durante os meses de junho e julho de 2014.

Por meio do **índice de especialização** em relações exteriores e defesa nacional, calculado com base no tempo de permanência na Comissão, na relatoria de matéria de relações exteriores e defesa, na proposição de normas correlatas, e nas proposições transformadas em normas, foi estabelecido um *continuum* de 0 (zero) a 10 (dez), no qual o deputado que está no 0 (zero) possui nenhuma especialização nos assuntos, e o que está em 10 (dez) é altamente especializado (cf. Figura 2).

Figura 2 – Medida de especialização em matérias de Relações Exteriores ou de Defesa Nacional



Fonte Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP.

Para se estabelecer a escala, o índice ponderou dos indicadores de *seniority* na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de atividades em Relações Exteriores ou Defesa Nacional, atribuindo peso 0,3 para *seniority*, ou seja, tempo de permanência na Comissão, e 0,7 para índice de atividade em Relações Exteriores ou Defesa Nacional – dividido em 0,3 para proposição transformada em norma, 0,2 para relatoria de projetos e 0,2 para proposta de norma.

Passa-se, então, à análise da **especialização em Relações Exteriores** dos membros da CREDN.

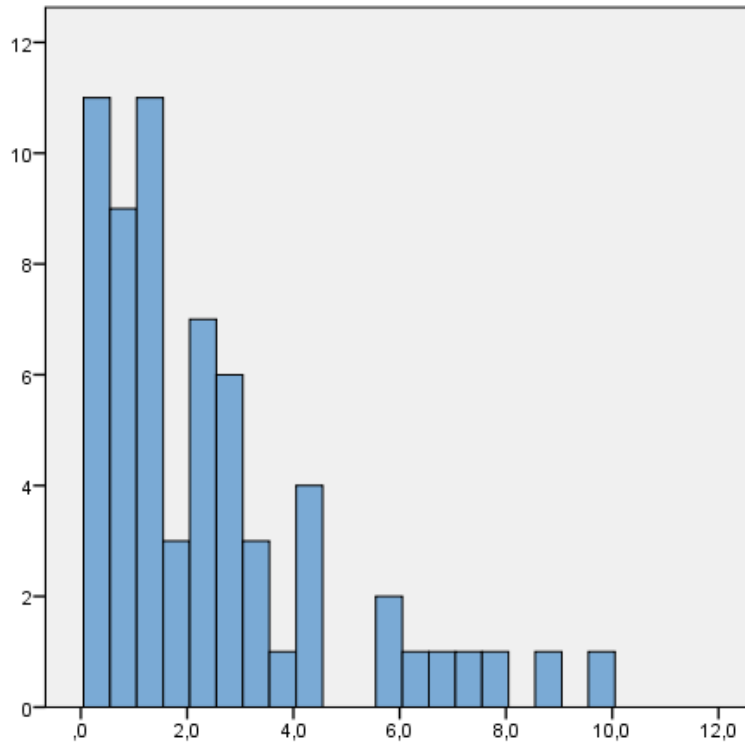
Tabela 1 – Índice de especialização dos membros da CREDN da Câmara dos Deputados em 2014, em matéria de Relações Exteriores

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Especialização	63	0,3	10,0	2,421	2,2693
N	63				

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP.

A distribuição dos deputados na média está representada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Índice de especialização dos membros da CREDN da Câmara dos Deputados em 2014, em matéria de Relações Exteriores



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP.

Em uma possibilidade de especialização em assuntos de Relações Exteriores de zero a 10, a média dos deputados é bastante baixa: 2,421. E mesmo assim, a maioria dos deputados (41), correspondente a 65,1% do total dos integrantes, está na média ou abaixo dela.

Agrupando o índice de especialização em matéria de Relações Exteriores em alta, média e baixa, na qual alta especialização é aquela entre 7 e 10, média entre 6,9 e 3,6 e baixa abaixo de 3,5, nota-se que a especialização geral dos deputados é baixíssima na área temática.

Há apenas três deputados com média especialização, e mais três com alta especialização.

Todos os demais integrantes possuem baixa especialização em assuntos de Relações Exteriores.

Passando-se à análise do índice de **especialização em Defesa Nacional**, a média encontrada foi de 1,646 (Tabela 2).

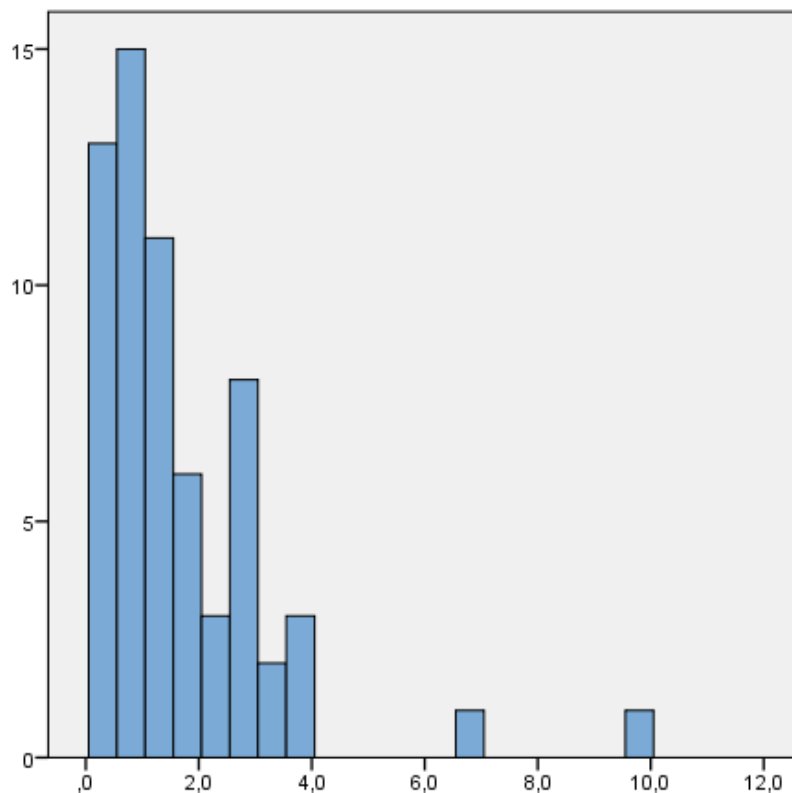
Tabela 2 – Índice de especialização dos membros da CREDN da Câmara dos Deputados em 2014, em matéria de Defesa Nacional

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Especialização	63	0,3	10,0	1,646	1,6115
N	63				

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP.

A distribuição dos deputados na média fica representada conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Índice de especialização dos membros da CREDN da Câmara dos Deputados em 2014, em matéria de Defesa Nacional



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP.

No tema de Defesa Nacional, em uma escala de zero a 10, a média ficou mais baixa ainda em comparação à média da especialização em Relações Exteriores: 1,646 para Defesa Nacional contra 2,421 para Relações Exteriores. Ao se considerar a

totalidade dos deputados integrantes da Comissão, 63,5% estão na média ou abaixo dela, ou seja, 40 membros.

Ao se agrupar o índice de especialização em matéria de Defesa Nacional, em alta especialização (7 a 10), média (3,6 a 6,9) e baixa (0 a 3,5), observa-se que há apenas um deputado com alta especialização, quatro deputados com média especialização, e todos os demais com baixa especialização na área temática.

Da leitura e interpretação do perfil dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional infere-se, ao se verificar a especialização dos integrantes na área temática da CREDN, a ausência de especialização e de conhecimento técnico da maior parte dos deputados federais que a compõem.

Quando o assunto é defesa nacional, então, a ausência (ou baixíssima) especialização fica ainda mais evidente.

Outra conclusão que se obtém da análise é de que ainda há no Brasil baixo conhecimento técnico especializado em defesa nacional, corroborando a (pequena) literatura sobre relações civis-militares no Brasil (Rocha 2012; Ramalho 2010; Zaverucha 1994), que descreve a baixa permeabilidade dos assuntos de defesa nacional à sociedade de civis (Huntington 1985; Janowitz 1967; Stepan 1975).

\* Andréa Benetti Carvalho de Oliveira é doutoranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Ciência Política na mesma instituição, especialista em Direito Internacional e Bacharel em Direito e Relações Internacionais. Professora do Grupo Educacional UNINTER, onde leciona nos cursos de Ciência Política e de Relações Internacionais, é também pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP/UFPR) e do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI/UFPR), assim como do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. Seus principais temas de pesquisa são estudos estratégicos, relações civis-militares e políticas de defesa.

como citar:

Oliveira, Andréa Benetti C. de. 2014. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados: medindo o grau de especialização dos seus integrantes. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v.1, n. 4, novembro. p.1-13.



## Referências

Brasil. Câmara dos Deputados., 2006. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

Huntington, S., 1985. *The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations*, Cambridge: Bellknap Press of Harvard University.

Janowitz, M., 1967. *O soldado profissional: estudo social e político*, Rio de Janeiro: Edições GRD.

Ramalho, A.J.R., 2010. Militares e política no Brasil. In L. Acioly & M. M. Cintra, eds. *Inserção Internacional Brasileira: temas de política externa*. Rio de Janeiro: IPEA.

Rocha, M., 2012. A relação civil-militar no Brasil: uma análise do período de 1985 a 2006. In *XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio*. São Gonçalo: ANPUH-Rio.

Stepan, A., 1975. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*, Rio de Janeiro: Editora Artenova.

Zaverucha, J., 1994. Relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira: uma democracia tutelada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9(2).

## ANEXO. Deputados federais membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 2014

Parlamentar	Titular / Suplente	Especialização Relações Exteriores	Especialização Defesa Nacional
Eduardo Barbosa	Titular	1.1	0.5
Duarte Nogueira	Titular	0.5	0.5
Hugo Napoleão	Titular	2.3	1.7
Alfredo Sirkis	Titular	2.9	0.9
Carlos Zarattini	Titular	3.4	2.2
Henrique Fontana	Titular	2.8	1.8
Janete Rocha Pietá	Titular	4.1	1.5
Josias Gomes	Titular	0.6	0.6
Marco Maia	Titular	1.6	0.6
Almeida Lima	Titular	1.3	0.9
André Zacharow	Titular	6.0	3.5
Íris de Araújo	Titular	4.5	2.7
Antonio CM Thame	Titular	5.7	3.1
Carlos Sampaio	Titular	0.5	0.3
Emanuel Fernandes	Titular	2.2	1.2
Jefferson Campos	Titular	3.0	1.5
Urzeni Rocha	Titular	1.9	1.5
Raul Lima	Titular	0.6	0.6
Aracely de Paula	Titular	3.5	2.4
Claudio Cajado	Titular	7.9	3.9
João Dado	Titular	0.7	0.7
José Chaves	Titular	0.6	0.8
Nelson Marquezelli	Titular	2.3	2.0
Roberto de Lucena	Titular	2.4	1.8
Major Fábio	Titular	1.2	1.6
Vieira da Cunha	Titular	4.4	2.8
Perpétua Almeida	Titular	2.4	2.6
César Halum	Titular	0.3	0.3
George Hilton	Titular	6.8	2.8
Ivan Valente	Titular	3.2	3.0
Jaqueline Roriz	Titular	1.5	0.9
Lourival Mendes	Suplente	0.3	0.5
Vitor Paulo	Suplente	2.9	2.2
João Ananias	Suplente	1.5	1.1
Cida Borghetti	Suplente	1.0	0.6
Rubens Bueno	Suplente	0.6	1.0
Arnon Bezerra	Suplente	4.2	3.7
Dr. Grilo	Suplente	0.5	0.3
Paulo C Quartiero	Suplente	0.6	0.8
Alexandre Leite	Suplente	0.3	0.3
Stefano Aguiar	Suplente	0.3	0.3
Abelardo Camarinha	Suplente	1.1	1.1
Vilalba	Suplente	0.3	0.3

Jair Bolsonaro	Suplente	6.2	10.0
Moreira Mendes	Suplente	1.3	0.3
Átila Lins	Suplente	7.3	3.6
André de Paula	Suplente	3.0	3.0
Luiz Carlos Haully	Suplente	8.8	6.6
Izalci	Suplente	0.3	0.3
Cesar Colnago	Suplente	0.6	0.6
Raul Henry	Suplente	2.2	1.7
Pedro Novais	Suplente	2.7	2.6
Newton Cardoso	Suplente	1.2	1.2
Edson Ezequiel	Suplente	1.9	1.5
Adrian	Suplente	0.3	0.3
Vanderlei Siraque	Suplente	0.3	0.3
Nelson Pellegrino	Suplente	2.4	1.2
Luiz Alberto	Suplente	1.4	0.6
Iara Bernardi	Suplente	1.2	0.6
Dr. Rosinha	Suplente	10.0	2.6
Devanir Ribeiro	Suplente	0.8	1.1
Cândido Vaccarezza	Suplente	1.2	0.8
Benedita da Silva	Suplente	3.6	1.4



## Normas para colaboração

A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 2,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão **Harvard autor-data**.

As contribuições devem ser submetidas ao Editor através do endereço eletrônico:

[uelites@gmail.com](mailto:uelites@gmail.com)



Copyright© 2014  
observatory of brazilian political and social elites  
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

**Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**

editor: Adriano Codato (ufpr)

conselho editorial: Bruno Bolgnesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto ( fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

Financiamento: CNPq. Processo n. 477503/2012-8

**observatório de elites políticas e sociais do brasil**

universidade federal do paraná – ufpr  
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp  
rua general carneiro, 460 sala 904  
80060-150, curitiba – pr – brasil  
Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: [oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com) ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

*One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.*

**Rights and Permissions**

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.  
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

**Newsletters** are available online at <http://observatory-elites.org/> and subscriptions can be requested by email to [oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com).